

VIOLÊNCIA NA ESCOLA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A COMPLEXIDADE DESTE FENÔMENO SOCIAL

André Luiz Brito Nascimento*

RESUMO: *Este trabalho objetiva discutir o fenômeno da violência em ambiente escolar na sociedade contemporânea em suas múltiplas dimensões. Para tanto, busca delimitar o seu universo no âmbito da violência social que atinge diversos países, procurando identificar fatores que condicionam sua manifestação no ambiente escolar sob as mais variadas formas. Nesse sentido, a violência nas escolas assume um caráter de questão social global, reconhecendo-se a existência de fatores exógenos e endógenos que influenciam a sua produção/reprodução no cotidiano escolar.*

Palavras-chave: Violência Social; Violência na Escola; Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

As discussões acerca da violência em ambiente escolar como fenômeno social global tem ganhado força e visibilidade, tanto na mídia quanto na opinião pública em diversos países. No bojo da violência em sentido amplo que aflige diversas sociedades, sendo, portanto, mas não exclusivamente, reflexo dessa, a violência nas escolas tem se constituído em objeto de estudo por parte de educadores e pesquisadores sociais, além de fazer parte da agenda política de diversos governos que buscam combatê-la.

As profundas transformações sociais, culturais, econômicas e políticas ocorridas no mundo nas últimas décadas, em decorrência, principalmente, do desenvolvimento do capitalismo e das vertiginosas conquistas tecnológicas demandadas pelo processo produtivo e pela ampliação dos mercados, concorreram para o advento da sociedade global.

Tal fenômeno enseja a produção de novas pautas de sociabilidade e de conduta social, aprofundando, por sua vez, os processos de fragmentação social, massificação, individualização, seleção e exclusão social nunca antes experimentados, configurando novas questões sociais globais (SANTOS, 2001).

O aprofundamento das desigualdades sociais, resultante do modelo econômico excludente implementado por diversos países no contexto da globalização, tem contribuído sobremaneira para a emergência de práticas de violência como norma social particular de amplos grupos sociais, independentemente da posição que ocupam na estrutura social.

Nesse sentido, o Estado contemporâneo vê-se obrigado a implementar políticas públicas que promovam o enfrentamento da violência em todas as suas dimensões, lançando mão, para tanto, da melhoria do aparato policial e da adoção de leis que venham a penalizar com rigor crimes, infrações e delitos de diversas naturezas.

Entretanto, medidas de caráter jurídico-administrativo, quase sempre, não têm sido capazes, por si só, de reduzir significativamente os altos índices de violência registrados em vários países. Desse modo, busca-se estabelecer parcerias com a sociedade civil mediante ações educativas que promovam a inclusão social e a cidadania, aliadas a campanhas de conscientização que difundam a cultura da paz.

A violência na escola, como uma das novas questões sociais globais, revela as contradições presentes na relação entre a escola e a sociedade na contemporaneidade, exigindo

* Mestre em Educação (UFSCar); Doutorando em Educação (UFBA); Professor Assistente do DEDU/UEFS; e-mail: albn@uefs.br.

um esforço interpretativo maior por parte das autoridades, professores, pais de alunos, educadores e pesquisadores, no sentido de buscar superar preconceitos e visões simplistas, de modo a compreendê-la em suas múltiplas determinações.

As manifestações de violência no espaço escolar, como agressões físicas e verbais, roubos, furtos, depredações e até assassinatos que se repetem em diversas sociedades, colocam em risco a função social da escola de socialização das novas gerações e de agência formadora de valores éticos e morais.

Isto se evidencia não apenas em países periféricos, mas também em países capitalistas centrais. Nesse sentido, Debarbieux (apud SANTOS, 2001, p. 108), no esforço de compreensão desse fenômeno global, afirma: “Nossa hipótese de base é que o crescimento atual do sentimento de insegurança no meio escolar está ligado a uma mutação global da relação com a criança e os jovens e a uma crise do sentido do ofício do educador”. É ainda este autor quem aponta alguns fatores que contribuem para essa situação, como o prolongamento da adolescência, o medo do desemprego, os novos modelos familiares, a perda de identidade de base comunitária e da idéia de pertencimento a um determinado grupo e território, gerando conflitos sociais entre alunos e entre estes e professores.

No Brasil, as políticas públicas de redução da violência nas escolas têm sido implementadas tanto na esfera federal quanto nas esferas estadual e municipal. Apesar das iniciativas oficiais muitas vezes fragmentadas e descontínuas, tal processo proporcionou um considerável acúmulo de experiências dessas políticas, demandando estudos sistemáticos para avaliar sua eficácia, com vistas a formulação de novas orientações (GONÇALVES; SPOSITO, 2002).

Segundo esses autores, o tema da violência na sociedade brasileira ganha o debate público com o processo de democratização. A luta contra o regime autoritário mobilizou distintos segmentos sociais em torno de conquistas democráticas, como direitos sociais, liberdade de expressão, eleições diretas, anistia política, dentre outras. Além disso, a disseminação de várias formas de criminalidade – tráfico de drogas, crime organizado, grupos de extermínio etc – despertou a atenção e o interesse de estudiosos do assunto, estimulando a realização de pesquisas sobre as múltiplas faces da violência no Brasil.

Particularmente, no que se refere às manifestações de violência em ambiente escolar, considera-se a década de 1990 como um momento de mudanças no padrão de ocorrências desse fenômeno, englobando não apenas atos de vandalismo, mas também práticas de agressões interpessoais, sobretudo entre os estudantes (GONÇALVES; SPOSITO, 2002). Desse modo, aumenta a incidência de agressões verbais e ameaças, tanto em escolas localizadas nas metrópoles quanto em escolas de cidades de porte médio e em regiões menos industrializadas.

Todavia, nem sempre os índices apresentados pelas pesquisas sobre a violência em meio escolar coincidem com os índices mais gerais da violência que atinge os jovens, notadamente em estados mais violentos. Isso reforça o entendimento de que não se deve estabelecer uma associação direta e linear entre o fenômeno da violência nas escolas e o crescimento dos casos de morte violenta, delinqüência e criminalidade envolvendo a população jovem em áreas urbanas do país.

Assim, depreende-se que a violência em meio escolar no Brasil tanto decorre da situação de violência social que atinge as escolas, principalmente das redes públicas de ensino, como pode expressar modalidades de ação que se originam do ambiente pedagógico, neste caso a violência escolar.

Visando enfrentar o crescimento da violência entre os jovens, sobretudo a partir da década de 1990, o Estado brasileiro, por meio do Ministério da Justiça, passa a induzir políticas de redução da violência nas escolas. Tal iniciativa foi desdobrada em nível estadual e municipal, sendo criada, em junho de 1999, uma comissão de especialistas encarregada de elaborar diretrizes para enfrentar a violência nas escolas, contando com a parceria de alguns institutos de pesquisa e algumas organizações não-governamentais.

Os primeiros desdobramentos dessas ações conjuntas se expressam no Programa Paz nas Escolas, desenvolvido a partir de 2000 em 14 estados brasileiros. Dentre as principais atividades, destacam-se: campanhas visando ao desarmamento da população; apoio na formação e treinamento, integrando jovens e policiais no ensino de técnicas de mediação de conflitos; ações de capacitação de educadores e policiais em direitos humanos e ética.

Juntamente com o Ministério da Educação e com as Secretarias estaduais de Educação, o Programa Paz nas Escolas capacitou 5.656 professores para a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's -, com especial ênfase nos temas transversais Ética e Cidadania. Mediante convênio com organizações não-governamentais especializadas, realizaram-se palestras e cursos de formação em direitos humanos para 2.914 policiais que atuam na segurança das escolas. Aliado a isso, busca-se estimular o protagonismo juvenil, com ações de apoio a grêmios estudantis, como espaço de debate e reflexão sobre os problemas decorrentes da violência nas escolas (GONÇALVES; SPOSITO, 2002).

A conjuntura política daquele momento ensejou debates sobre a necessidade de se democratizar a escola, promovendo maior acesso dos segmentos populares à educação formal e melhoria da qualidade do ensino. Além disso, desenvolvem-se ações de enfrentamento dos processos de exclusão, como o da evasão e da repetência nas escolas públicas.

Ganhava força entre os educadores a defesa da democratização da vida escolar, sobretudo em relação à participação da população usuária nas instâncias de decisão, a exemplo dos conselhos escolares. Para tanto, fazia-se necessário repensar os modelos de gestão vigentes, apontando para a efetivação da gestão democrática e participativa, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), recentemente promulgada. Também são desenvolvidas ações que visam promover uma maior articulação entre as escolas e a comunidade, com a abertura dos estabelecimentos de ensino nos fins de semana para a realização de atividades esportivas, culturais e de lazer.

Contudo, essas e outras iniciativas repercutem de modo diversificado, revelando graus diferenciados de adesão ou de resistência dos professores. Apesar de indiscutíveis avanços proporcionados pela legislação vigente – gestão democrática, elaboração do projeto político-pedagógico envolvendo todos os segmentos escolares, diretrizes curriculares para o ensino fundamental e ensino médio, dentre outros – admite-se que o sucesso ou não de seus resultados depende muito do engajamento dos docentes nessas novas formas de organizar a educação.

Nesse sentido, as políticas públicas em educação precisam levar em conta os fatores que favorecem ou não sua implantação. Em que pese a democratização do acesso à educação formal, por meio do extraordinário crescimento das matrículas no ensino fundamental e no ensino médio, revelando uma ação vigorosa de combate à exclusão social, tal processo agudizou problemas oriundos dessa massificação, ao absorver maior número de jovens em cenários de crise econômica, desemprego e de investimentos reduzidos na área educacional.

Dessa maneira, acentua-se o problema da violência nas escolas, quer sob a forma de agressões físicas e verbais envolvendo a comunidade escolar, quer sob a forma de depredações dos prédios e constantes ameaças a alunos e professores feitas por indivíduos e grupos envolvidos com o tráfico de drogas e o crime organizado, aumentando o clima de insegurança. A maioria das escolas públicas brasileiras está localizada nas periferias das grandes e médias cidades, cujo entorno social possui uma dinâmica própria em seu cotidiano, onde múltiplos atores sociais desenvolvem formas de convivialidade, muitas vezes tensas e contraditórias.

Assim, em um contexto social marcado pela pouca ou quase ausência do Poder Público no que diz respeito à oferta de serviços essenciais – particularmente de segurança pública - proliferam ações violentas e intimidatórias comandadas por traficantes, chefes de gangues e quadrilhas etc, que impõem regras de conduta, como lei do silêncio, toque de recolher e até fechamento de escolas em determinados períodos.

Por sua vez, a mídia, de um modo geral, passa a dar visibilidade aos homicídios envolvendo alunos, ocorridos em escolas ou em suas cercanias, tanto no Brasil quanto no mundo,

sobretudo em instituições escolares norte-americanas, causando comoção internacional. Porém, estudiosos da questão assinalam que a partir da década de 1990, passa a ocorrer cada vez com mais frequência atos de violência entre grupos de alunos, caracterizando conflitos sociais entre os pares ou de jovens com o mundo adulto, ampliando e tornando mais complexa a própria análise do fenômeno.

Debarbieux (apud SANTOS, 2001) identifica três tipos de violência na escola: a violência penal, dos crimes e delitos; as incivildades, tendo assim denominado os conflitos de civildades; e o sentimento de insegurança. Nesse sentido, há que se fortalecer as instituições escolares, criando regras livremente consentidas e levando em conta os conflitos de forma a organizar meios para sua resolução, restaurando a autoridade legítima do professor e a mediação da linguagem mediante uma enunciação legítima, criando condições para o exercício da polifonia e da alteridade, concebendo a escola como uma rede de relações.

Ao investigar o fenômeno da violência em meio escolar na França, Debarbieux constata que a mesma caracteriza-se por três formas: delitos e vitimização, tais como extorsão, roubos, agressões, racismos e insultos; um clima no estabelecimento escolar marcado por incivildades; e por um sentimento de insegurança que reflete a percepção da violência. Por outro lado, existem, segundo o autor, duas mudanças recentes nesse quadro: aumento das violências contra o professor em sala de aula; violência praticada em atos grupais e mais duros.

Para alguns autores, a sociedade contemporânea vive um conflito de códigos de conduta ou conflito de civildades, que se manifesta, por exemplo, na relação entre professores e alunos, portadores que são de diferentes normas de conduta, indicando a difícil questão da convivência entre grupos sociais que utilizam diversos códigos culturais nas relações de socialidade.

Nesse sentido, Nilia Viscardi (apud SANTOS, 2001, p. 109), reitera:

Quanto às características que assume a violência no espaço escolar, tanto em espaços abertos quanto em situações de classe, pode observar-se que a maioria dessas violências constituem incivildades. (...) uma crise de convivência, uma dificuldade para socializar os jovens no marco dos valores que a escola tem por objetivo inculcar (...)

Por outro lado, pesquisas realizadas em vários países evidenciam o recurso à violência como forma de obter ganho material ou simbólico em disputas interpessoais, revelando conflito de códigos de orientação de conduta. Desse modo, a violência em meio escolar expressaria o aprofundamento da crise das instituições socializadoras, como a família e a escola, e um estímulo a condutas desviantes e ao ingresso na criminalidade.

O esgarçamento do tecido social, traduzido em crises de convivialidade e formas de incivildades, envolvendo grandes parcelas das populações pobres e miseráveis inseridas, pelas condições objetivas, no mundo da criminalidade, para as quais a violência sistemática pode fazer parte de um modo de ganhar a vida e de viver socialmente, apresenta inúmeros desafios à matriz disciplinar oficial da escola.

É preciso repensar as normas, regras e procedimentos adotados, de modo a contemplar a complexidade das relações sociais no ambiente escolar marcado pela diversidade cultural. Quase sempre, falta exame crítico por parte de gestores, professores e funcionários acerca dos dispositivos de violência simbólica presentes no currículo, em práticas pedagógicas, em rituais escolares que reproduzem relações de poder, dominação e subordinação, impondo um conjunto de valores aos alunos.

VIOLÊNCIA NA ESCOLA: POSSIBILIDADES INTERPRETATIVAS

Empreendendo um esforço de interpretação dos fatores que condicionam a violência em ambiente escolar, pode-se apontar aqueles decorrentes de práticas pedagógicas autoritárias ou como transferência de uma norma social. A primeira, afirma uma postura repressiva por parte do professor em sala de aula; a segunda, marcada por atos de violência que regem as relações interpessoais em grupos sociais particulares, as quais irrompem no cotidiano dos alunos e de suas famílias, constituindo-se em transferência de um tipo de violência doméstica para o espaço escolar.

A escola, como locus produtor de violência e indisciplina, abriga contradições e tensões resultantes de um movimento ambíguo: de um lado, pelas ações que visam reiterar o cumprimento das regras e normas determinadas pelos órgãos centrais, e, de outro, pela dinâmica empreendida por seus grupos internos que estabelecem interações e promovem rupturas por meio de práticas de resistência e questionamento ao poder disciplinar.

Para Guimarães (2003), a escola não pode ser vista apenas como reflexo da opressão, da violência, dos conflitos que acontecem na sociedade. Esta também produz sua própria violência e sua própria indisciplina. Nesse sentido, a autora salienta a necessidade de apreensão da ambigüidade desses fenômenos, buscando conhecer seus modos específicos de manifestação, visando à adoção de alternativas pedagógicas que favoreçam o diálogo e a negociação de conflitos.

A instituição escolar almeja promover a homogeneização dos alunos, por meio de mecanismos normativos e disciplinares, enfatizando atividades que reforçam a uniformização do tempo, do espaço, do movimento, das palavras, dos gestos e das atitudes de alunos, professores, funcionários e de diretores, impondo aos indivíduos a submissão e a docilidade.

Entretanto, tal processo não se realiza de forma plena, haja vista a tensão estabelecida entre forças antagônicas:

Como a pluralidade das ações aí presentes não se reduz à uniformidade, o princípio da homogeneização, imposto pela escola, não se coloca tranqüilamente, pois ele repousa numa inquietação frente à existência dos diferentes grupos. A disciplina imposta, ao desconsiderar, por exemplo, o modo como são partilhados os espaços, o tempo, as relações entre os alunos, gera uma reação que explode na indisciplina incontrolável ou na violência (GUIMARÃES, 2003, p. 3).

A sala de aula é o lugar onde são tecidas densas e complexas redes de relações. Porém, se o professor não consegue perceber essa teia e sua dinâmica própria, tenderá a concentrar poder, gerando conflitos muitas vezes explosivos. Desse modo, estabelece-se uma rígida divisão entre aquele que sabe e impõe e aquele que obedece e se revolta, encarando as atividades pedagógicas como mera obrigação.

Nesse sentido, o professor parte do pressuposto de que sua autoridade será afirmada pela manutenção da ordem, mas o contexto situacional da sala de aula impede a tranqüilidade desse exercício. Isso se deve às efervescências que emergem através das diferenças, dos imprevistos, da instabilidade, do imponderável, impedindo qualquer forma de controle totalitário.

De um modo geral, os alunos desenvolvem estratégias que reforçam o sentido de estarem juntos, formando um coletivo, o que impede a adoção de qualquer tipo de autoritarismo. Quanto maior a repressão, maior a violência dos alunos em tentar reafirmar a sua força como grupo (GUIMARÃES, 2003).

Visando problematizar os efeitos de violência simbólica ou concreta no ambiente escolar, Aquino (1998) identifica duas perspectivas que estruturam as análises acerca desse fenômeno: no primeiro caso, busca-se perseguir as conseqüências das determinações macroestruturais sobre a

escola, resultando em reações violentas por parte da clientela. No segundo, enfatiza-se um diagnóstico de caráter evolutivo, quando não patológico, de “quadros” ou mesmo “personalidades” violentas, influenciando as relações interpessoais.

Em ambos os casos, a violência seria um fator exógeno em relação à prática institucional escolar: de acordo com a perspectiva sociologizante, nas sobredeterminações de natureza política, econômica e cultural produzidas pela sociedade; já na perspectiva clínico-psicologizante, na estruturação psíquica prévia dos personagens envolvidos em determinado evento conflitivo (AQUINO, 1998).

Em termos institucionais, a ação escolar estaria eivada de reproduções difusas de feitos oriundos de outras instituições, como a política, a economia, a família, a mídia, dentre outras, que teriam rebatimento nas relações sociais no interior da escola. Desse modo, os seus atores constitutivos seriam portadores de sobredeterminações que em muito lhes ultrapassam, restando-lhe apenas atitudes de resignação e conformismo, uma vez que as possibilidades de transformação dessa realidade estão fora do seu alcance.

Todavia, é sensato pensar que as práticas escolares não são o mero reflexo de fatores exógenos. Há, evidentemente, um entrelaçamento entre diferentes instituições que constituem a teia de relações sociais e que concorrem para a produção de saberes e sentidos nos interstícios da escola.

No que se refere à violência no meio escolar, observa-se que o conflito social, entendido enquanto processo de interação social ou de socialização, auxilia na compreensão de distintas posições em disputa na instituição escolar. A fragmentação de laços sociais, como consequência do desenraizamento dos estudantes de grupos sociais de referência – a família e a comunidade, por exemplo – contribui para que esses jovens busquem filiar-se a gangues e grupos culturais, como o movimento hip hop, skinheads, surfistas ferroviários etc.

Dessa maneira, impõe-se à escola a capacidade de lidar com os conflitos de forma competente, através da reflexão e problematização, convertendo-os em objeto pedagógico. Além disso, é imprescindível desenvolver a comunicação dialógica entre pais, professores, funcionários e alunos, assegurando a todos o direito à palavra, em perspectiva polifônica, discutindo os problemas da escola de forma democrática. Assim, pode-se incorporar o conflito como uma tensão positiva, como um processo que gera coesão social.

Isto implica em assumir uma prática de negociação no seio da escola, entre os grupos de alunos, por meio da mediação pelos pares, de forma a criar responsabilidades entre os próprios participantes, mediante o desenvolvimento de um ambiente solidário, humanista e cooperativo.

CONCLUSÃO

Acredita-se que o caminho para uma ação coletiva de combate à violência nas escolas passa necessariamente pela assunção de uma ética da solidariedade que seja capaz de respeitar e acolher as diferenças no âmbito escolar. Isto exige dos seus membros o reconhecimento da diversidade social, cultural e étnica, responsável pela constituição de múltiplas identidades que precisam ser valorizadas.

O exercício da alteridade pressupõe o estabelecimento de relações de confiança e de solidariedade que contribuam para se instaurar ambiente colaborativo entre alunos, professores, diretores, funcionários e pais, ensejando práticas educativas que fortaleçam a ética e o respeito mútuo, desenvolvendo o senso de responsabilidade e de participação.

Por outro lado, é preciso construir práticas organizacionais que levem em conta as expectativas de crianças e jovens que hoje frequentam as escolas. Vários aspectos precisam ser repensados, desde a organização do ano letivo, dos programas, das aulas, até a arquitetura dos prédios, de modo a proporcionar bem-estar e motivação por parte dos alunos.

A possibilidade de se difundir uma cultura da paz que se dissemine pela instituição escolar, constitui um grande desafio a mobilizar autoridades, educadores e sociedade em geral, com vistas a construir na escola um ambiente de produção criativa de conhecimentos que contribuam para a valorização do ser humano e para a promoção da justiça social.

REFERÊNCIAS

AQUINO, J. G. **A violência escolar e a crise da autoridade docente**. In: Cadernos Cedes. Campinas, SP: ano XIX, n. 47, dez. 1998, p. 7-19. disponível em <[http\\www.scielo.br](http://www.scielo.br). acesso em 05 abr. 2005.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

GONÇALVES, L. A. O.; SPOSITO, M. P. **Iniciativas públicas de redução da violência escolar no Brasil**. In: Cadernos de Pesquisa. São Paulo: n. 115, mar. 2002, p. 101-138. disponível em <[http\\www..sciELO.br](http://www..sciELO.br)>. acesso em 05 de abr. 2005.

GUIMARÃES, Á. M. **Escola: espaço de violência e indisciplina**. In: Nas Redes da Educação – revista eletrônica. 2003. disponível em <[http\\www.lite.fae.unicamp.br/revista](http://www.lite.fae.unicamp.br/revista)>. acesso em 05 de abr. 2005.

SANTOS, J. V. T. **A violência na escola: conflitualidade social e ações civilizatórias**. In: Educação e Pesquisa. São Paulo: v. 27, n. 1, jan./jun. 2001, p. 105-122. disponível em <[http\\www.scielo.br](http://www.scielo.br)>. acesso em 05 de abr. 2005.